



**Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas - SAS**

Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS

Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente - GETEP



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA

CURSO:

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Facilitador(a): Cyntia Medeiros



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



**PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA**



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



**GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

Fomentar a reflexão sobre a necessidade de aprimoramento e qualificação do trabalho no SUAS através de uma prática planejada.

O Curso

Facultar a compreensão de elementos teóricos importantes sobre o planejamento na política de assistência social e sua articulação com os instrumentos de planejamento. Abordaremos a função do diagnóstico socioterritorial no planejamento, monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial.

Objetivo Geral

Contribuir para a qualificação dos trabalhadores, gestores e conselheiros no que diz respeito aos processos de planejamento, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social.

Objetivos Específicos

Conhecer os principais aspectos e referenciais teóricos do planejamento na política pública de Assistência social;

Analisar a articulação dos instrumentos de planejamento governamental com a Política de Assistência Social, em especial com o Planos de Assistência Social;

Compreender a função do diagnóstico socioterritorial no planejamento da Política de Assistência Social;

Destacar a importância do monitoramento, avaliação e função da vigilância socioassistencial enquanto mecanismo de produção de subsídios informacionais para a reconfiguração do plano de Assistência Social.



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA




ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA



MÓDULO I

O PLANEJAMENTO NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Panorama Nacional

Ao longo da última década, a convergência de esforços para a construção da arquitetura institucional do SUAS e para sua implantação resultou numa presença robusta da Assistência Social em todo o país. Foram construídas as bases necessárias à consolidação da Assistência Social como política pública de direito.

O planejamento de longo prazo constitui tarefa bastante desafiadora no campo das políticas públicas.

Participação social x construção coletiva

Planejamento é a ferramenta **condutora do trabalho** que ganha força quando está em rede: compartilhado, sistematizado, cronogramado com práticas planejadas.

Envolve um processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica do serviço. É um processo de racionalização, organização e coordenação do trabalho, que se articula em atividades concretas, conflituosas e problematizadoras.

“GESTÃO E ORGANIZAÇÃO: PLANEJAR LOCALMENTE PARA DESCENTRALIZAR E DEMOCRATIZAR O DIREITO”



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



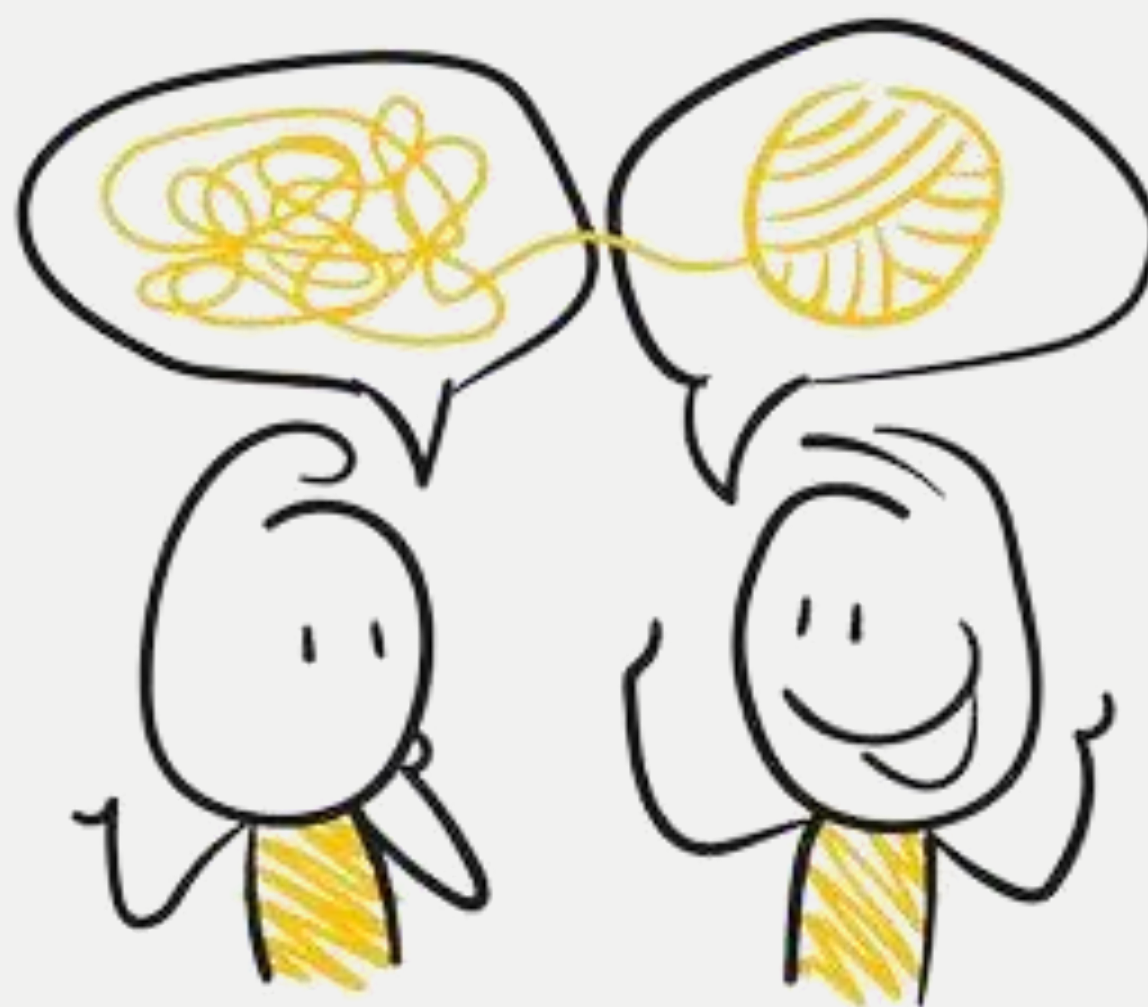
ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA

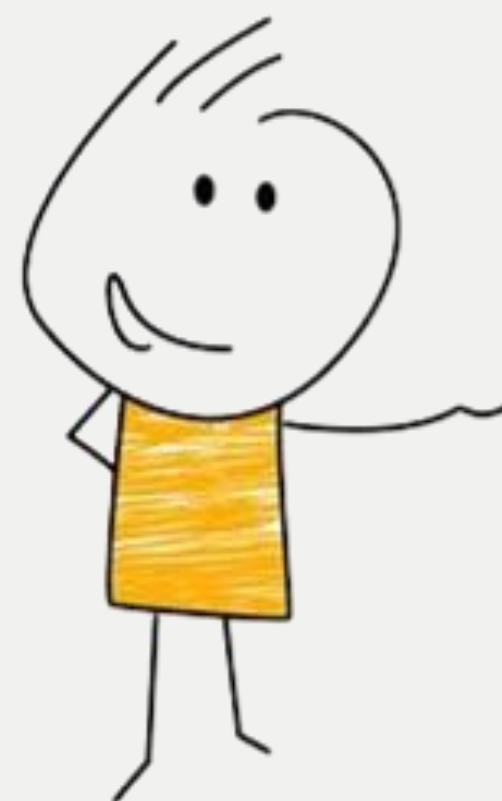
O planejamento é o oposto do improviso.



Planejar é agir de um determinado modo para um determinado fim. É o processo de construir a realidade com as características que se deseja para a mesma.

Clara – precisa – eficiente e eficaz – direcionada – transformadora

O planejamento representa o processo de síntese do conhecimento, constituindo-se em um espaço centrado na aprendizagem, tendo como referência o direito ao acesso aos conhecimentos elaborados histórica e socialmente



“É uma mediação teórico-metodológica para a ação consciente e intencional”.

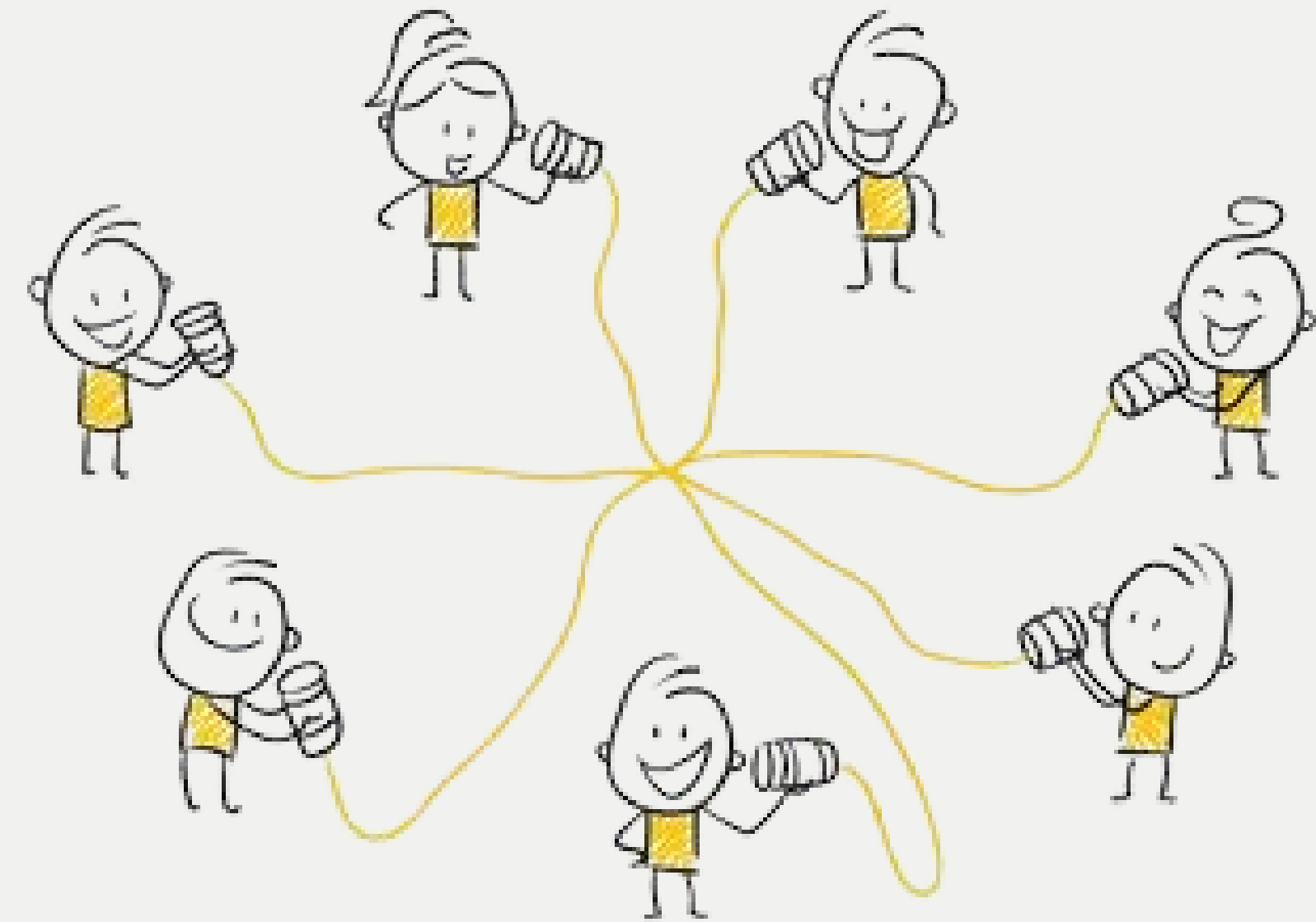
É reflexão . É processo mental . É abordagem teórica .
É tomada de decisão . É previsão de uma ação .
É intencionalidade!



Via de regra, o planejamento na política pública envolve um conjunto de atores com visões e expectativas distintas. Uma infinidade de dados de realidade e fatores políticos-institucionais norteiam os processos de tomada de decisão.

A responsabilidade pelas decisões, e suas consequências na vida da sociedade, não mais se orientam pela vontade do indivíduo em seu universo pessoal.

Andrea Perotti



POLÍTICAS PÚBLICAS



É o mecanismo pelo qual o Estado viabiliza o acesso aos bens e serviços considerados direitos sociais aos seus cidadãos, através das **POLÍTICAS PÚBLICAS**. Também é importante conhecer que “uma das razões para o Planejamento é a necessidade de mediação entre futuro e o presente.”

ferramenta de trabalho e gestão





PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Pressupõe a participação de diferentes agentes, considerando a importância dos diferentes saberes, e não só o conhecimento técnico.

O plano, que é o produto do processo de planejamento, dá foco e direcionamento ao governo. E, se a função do governo é agir e transformar a realidade, precisa planejar.

PLANEJAMENTO OPERACIONAL

Durante muito tempo o ator mais importante era o agente o formulador, aquele indivíduo ou instituição que detém o conhecimento técnico e trabalha a serviço dos que têm poder de decisão. Indica atividades, prazos, cronograma, responsáveis, etc.





É necessário reconstruir o processo de planejamento não mais reproduzindo a perspectiva instrumental-burocrática, mas concebendo-o numa perspectiva prático crítica

IMPORTANTE!

O pressuposto deste planejamento é de que a realidade social e econômica é dinâmica, com a presença de diversas forças e atores sociais, que historicamente são constituídos e organizados, sendo necessária a análise de conjuntura para o desvelamento permanente desta realidade.



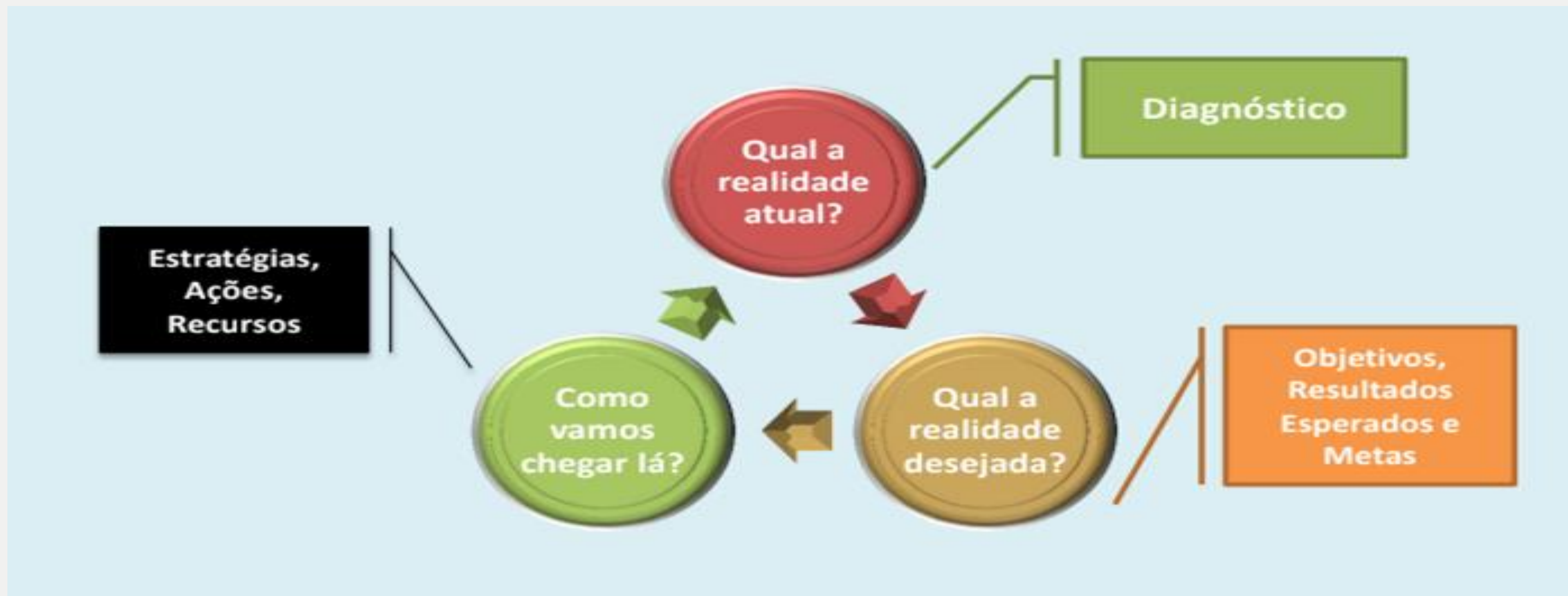
“O coração do plano é a tentativa de governar um processo, e um processo só se governa por meio da ação. Conseqüentemente, a planificação se refere ao presente e isto lhe dá um grande sentido prático”

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL

No PES, um problema corresponde a uma realidade insatisfatória e superável que provoca a ação do governo e dos atores sociais. Esta ação é projetada por meio do plano.



CICLO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO



FONTE: Texto 1 - O planejamento na Política Pública de Assistência Social

Fases do Planejamento



Elaborar: ver a ação global em que se está, decidir o tipo de sociedade, de pessoa, de educação, de escola (realidade desejada); verificar a distância entre a realidade existente e a desejada e propor ações, atitudes e normas orgânicas para diminuir esta distância;

Executar: agir em conformidade com o que foi proposto;

Avaliar: revisar cada um dos momentos, cada uma das ações, atitudes e normas e cada um dos documentos derivados



HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA

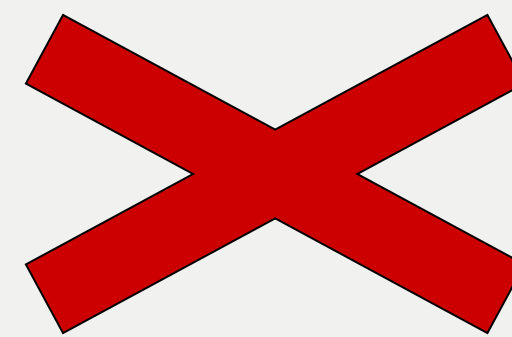


PNAS - SUAS



Frágeis padrões de organização

Estrutura descentralizada, participativa e democrática



CPFO

Política orientada pelo improviso

Caráter estratégico dos sistemas de planejamento, monitoramento e avaliação



A política social pública é concebida como materialização das lutas e reivindicações da classe trabalhadora e dos segmentos socialmente vulnerabilizados, na perspectiva do atendimento às condições dignas de vida. Reivindicações que se transformam em objeto da agenda pública,

O planejamento numa perspectiva democrática

Exige relações democráticas de trabalho entre os diversos profissionais e uma relação dialógica entre profissionais, usuários e gestão. É espaço rico e pertinente à democratização das relações e do saber na formação de valores.

O PLANEJAMENTO NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Onde estamos?

Como vamos chegar lá?

?



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA

DIMENSÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PLANEJAMENTO

Tem como matéria prima a questão social, em particular aquelas expressões que manifestam uma necessidade coletiva não atendida constituindo-se em objeto da política, a qual precisa ser reconhecida e incluída na agenda pública transformando-se em programa, ação, benefício, ou seja, em uma determinada resposta às demandas.



DIMENSÃO TÉCNICO- OPERATIVA

**DIMENSÃO
ÉTICO POLÍTICA**



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**
ESTADO DE MUDANÇA

DIMENSÃO TÉCNICO- OPERATIVA DO PLANEJAMENTO

Constituída pelas teorias, metodologias, instrumentos, técnicas e habilidades para realizar a ação, a dimensão técnico-operativa do planejamento indica as possibilidades de operar instrumentalmente sobre a realidade das práticas sociais produzindo determinados resultados.

PROCESSO DINÂMICO E CONTÍNUO

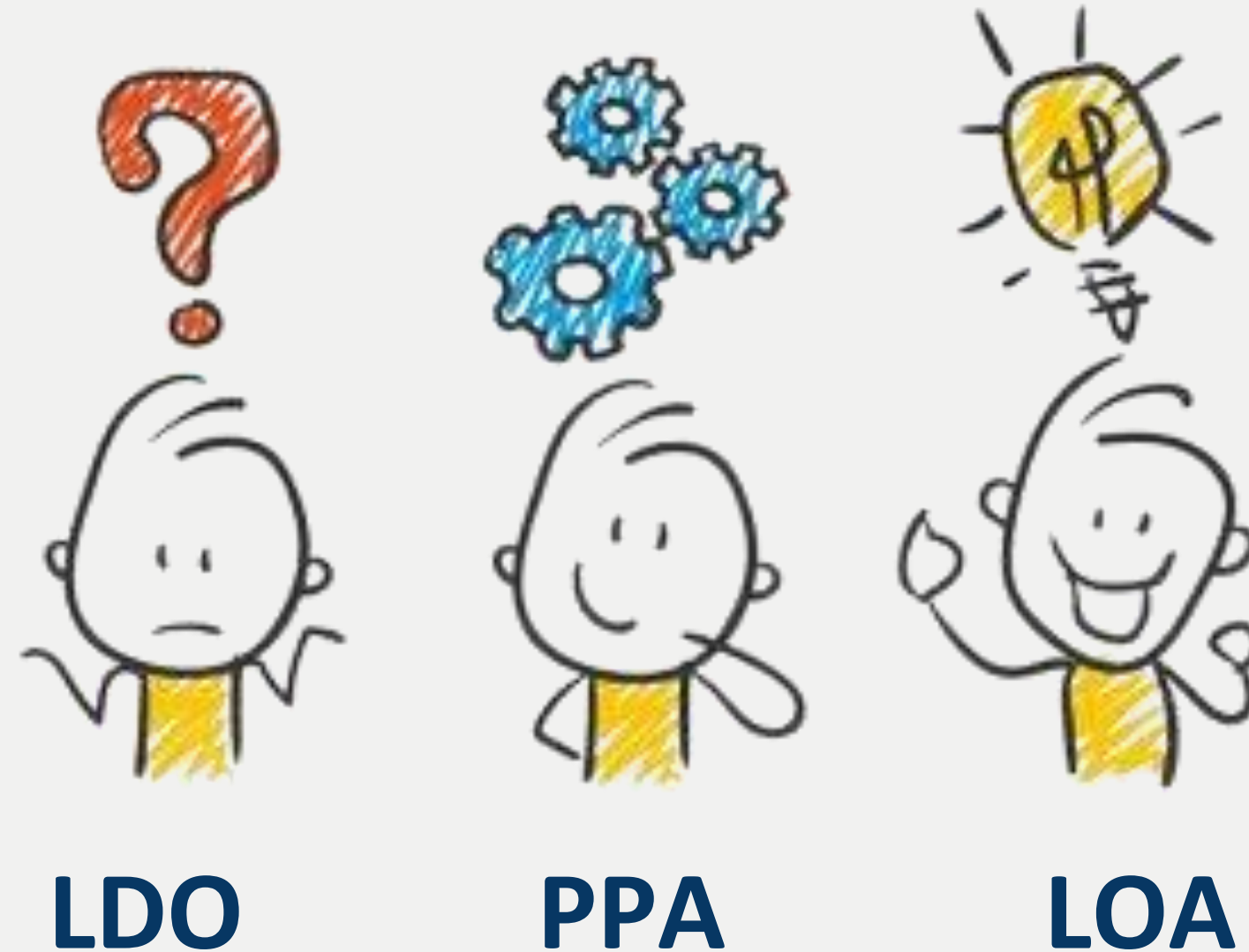
DIMENSÃO ÉTICO POLÍTICA PLANEJAMENTO

Esta dimensão impulsiona ações em defesa de valores éticos universais – liberdade, eqüidade, democracia, participação – e de modos próprios de reconstruí-los e operá-los em espaços diversos e particulares de relações sociais.

Instrumento de negociação e pactuação de interesses, quando se propõe ferramenta de suporte ao processo de escolha e tomada de decisão, quando comunica e expressa a opção política dos atores que planejam.

MÓDULO II

ARTICULAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



CICLO DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O planejamento está inserido em todas as etapas do **CICLO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. Este ciclo é composto por fases que correspondem a momentos específicos e, ao mesmo tempo, interdependentes, requeridos para a efetivação das políticas públicas.



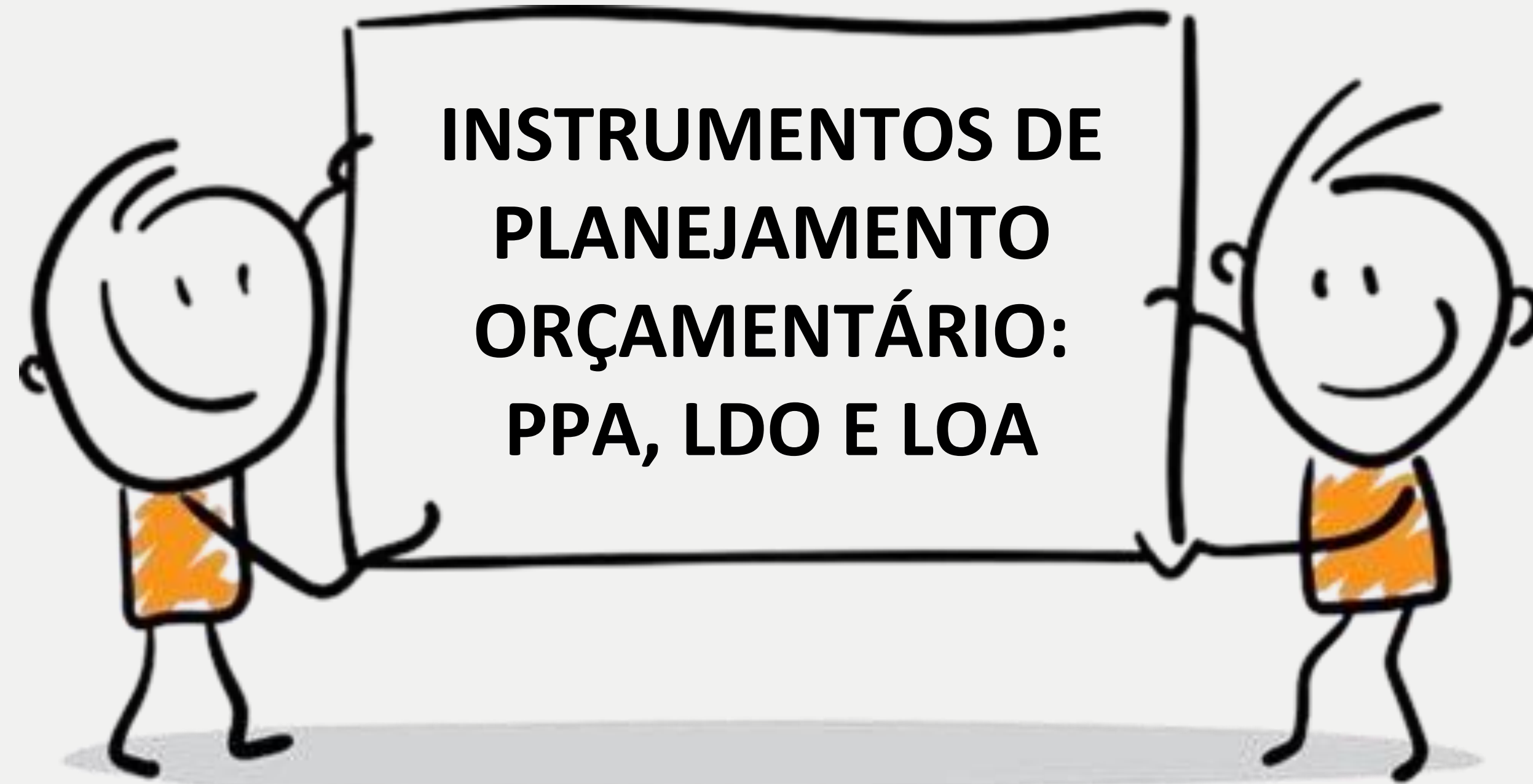
CICLO DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ferramenta analítica que permite conhecer as várias fases dos processos político-administrativos envolvidos na realização de uma política pública.



O planejamento orçamentário antecede a execução dos programas, serviços e benefícios.

Os recursos financeiros a serem utilizados com a implementação das ofertas socioassistenciais tem que estar previstos e aprovados no orçamento antes de poder usá-los. A aplicação dos recursos da assistência social é regrada por normas e orientações técnicas específicas para cada um dos serviços, benefícios e programas socioassistenciais.



Ferramenta analítica que permite conhecer as várias fases dos processos político-administrativos envolvidos na realização de uma política pública.



Sistema integrado de planejamento e orçamento brasileiro

PPA

DIRETRIZES
OBJETIVOS E METAS
VALIDADE - 4 ANOS



LDO

METAS
PRIORIDADES
VALIDADE - 1 ANO



LOA

RECURSOS NECESSÁRIOS PARA
OPERACIONALIZAR A LDO
VALIDADE - 1 ANO



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**
ESTADO DE MUDANÇA



MAPA MENTAL

CICLO ORÇAMENTÁRIO



@PROF.FABIOLOBO



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA




ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social de Pernambuco

Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE PERNAMBUCO
ESTADO DE MUDANÇA



O PPA estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para as DESPESAS DE CAPITAL e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme exposto no artigo 165 da Constituição. Ele é elaborado no primeiro ano de governo, portanto, a cada quatro anos. O PPA foi concebido para ser o elemento central do sistema de planejamento, orientando os orçamentos anuais, por meio da LDO.

Ele é um instrumento de planejamento estratégico, de modo que é formado por todos os programas e projetos que o governo pretender realizar no período de quatro anos. A consequência disso é que a construção do PPA depende dos planos das políticas públicas setoriais.



<https://youtu.be/ZfECBTbuDsU>



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



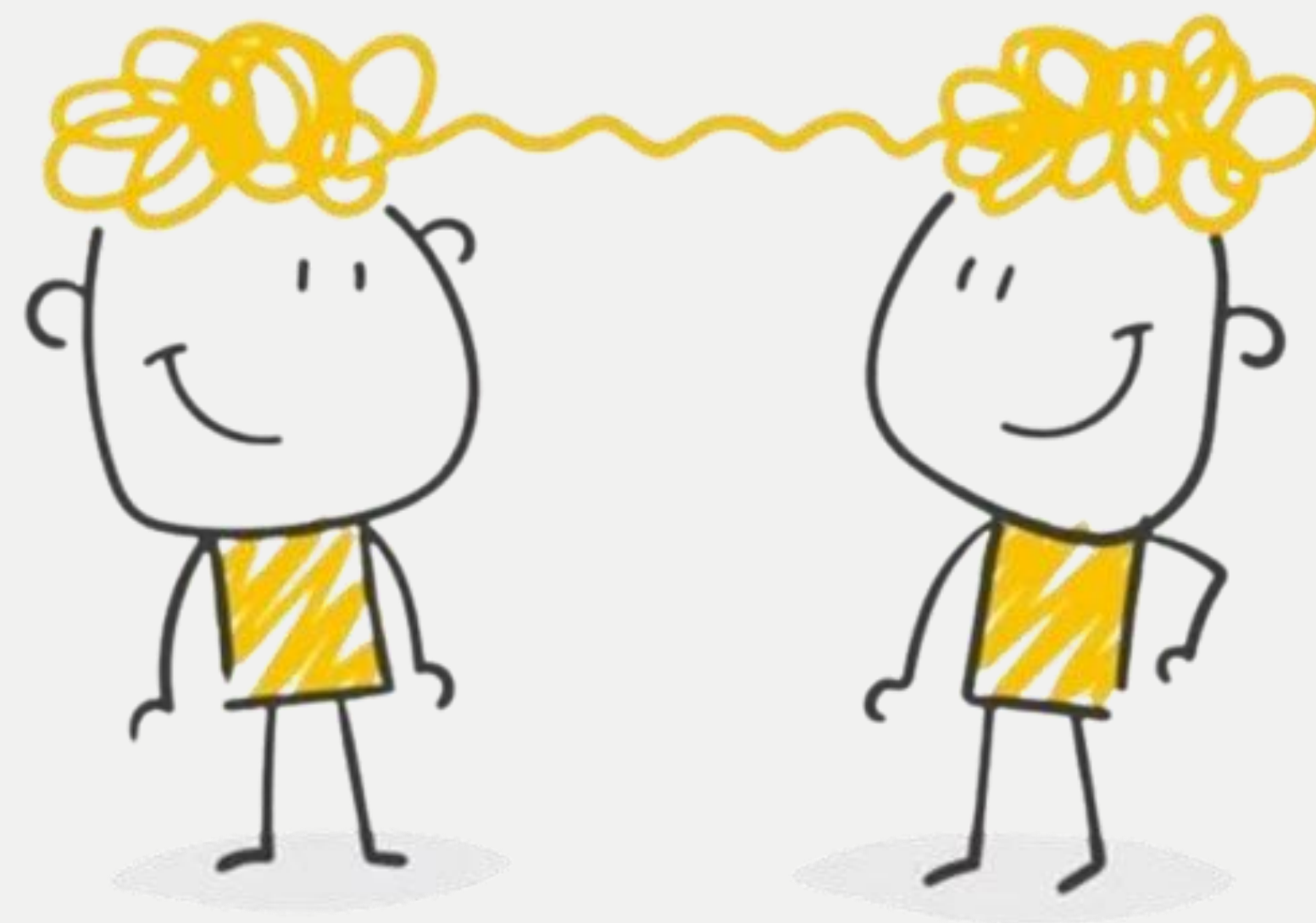
ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA

ARTICULAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO, PLANO DECENAL, PACTO DE APRIMORAMENTO



PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

É um plano estratégico de longo prazo que sintetiza um conjunto de diretrizes e objetivos a serem alcançadas pelo SUAS tendo como perspectiva o seu aprimoramento.

2005-2015 I Plano Decenal

2016-2026 II Plano Decenal

As diretrizes, objetivos e metas do Plano Decenal subsidiam a construção do Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS no município e dos Planos Municipais de Assistência Social.

II Plano Decenal de Assistência Social

DIRETRIZ 1. PLENA UNIVERSALIZAÇÃO DO SUAS, TORNANDO-O COMPLETAMENTE ACESSÍVEL, COM RESPEITO À DIVERSIDADE E À HETEROGENEIDADE DOS INDIVÍDUOS, FAMÍLIAS E TERRITÓRIOS.

DIRETRIZ 2. CONTÍNUO APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO SUAS, RESPEITANDO A DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE DOS INDIVÍDUOS, DAS FAMÍLIAS E DOS TERRITÓRIOS.

DIRETRIZ 3. PLENA INTEGRAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA DE RENDA NA GESTÃO DO SUAS EM ÂMBITOS FEDERAL, ESTADUAL, DO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPAL.

II Plano Decenal de Assistência Social

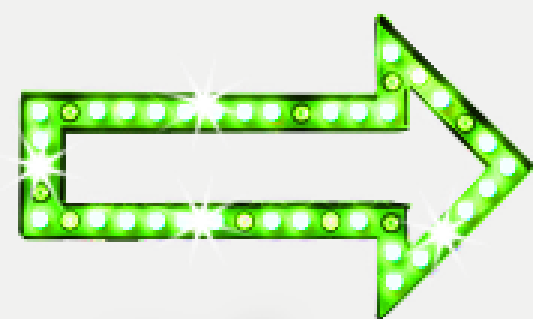
DIRETRIZ 4. PLENA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA E ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL, DO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPAL

DIRETRIZ 5. PLENA INTEGRALIDADE DA PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL

AS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO PLANO DECENAL SUBSIDIAM A CONSTRUÇÃO DO PACTO DE APRIMORAMENTO DO SUAS

PACTO DE APRIMORAMENTO DE GESTÃO DO SUAS

O Pacto é um instrumento de planejamento estratégico que reúne os compromissos firmados entre os órgãos gestores da assistência social nas três esferas de governo. É o instrumento pelo qual se materializam as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução do aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais (NOB SUAS, 2012, Art.23).



PERIODICIDADE - QUADRIENAL

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

“O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza regula e norteia a execução da PNAS/2004 na perspectiva do SUAS. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo” (PNAS/04:119)

O plano define objetivos, foco e intencionalidade às ações, permite a articulação antecipada de conseqüências e resultados, possibilitando a antevisão do estado ou da situação que se quer conquistar.




A dimensão estratégica do Plano de Assistência Social no contexto do SUAS

É a possibilidade de uma abordagem racional e metódica sobre as situações de vulnerabilidade e risco que se expressam nos territórios, viabilizando o ordenamento de atos decisórios, seleção de ações, escolhas de caminhos estratégicos, em momentos definidos, baseados em conhecimentos teóricos e técnicos.

O plano define objetivos, foco e intencionalidade às ações, permite a articulação antecipada de conseqüências e resultados, possibilitando a antevisão do estado ou da situação que se quer conquistar.

No contexto de implantação do Sistema Único de Assistência Social, que busca superar a prática assistencialista e clientelista, o Plano é:

- Instrumento fundamental para a construção de uma política planejada, efetiva e de impacto sobre as situações de vulnerabilidade e risco sociais identificadas nos territórios;
- Parâmetro básico para a democratização do processo decisório;
- Mecanismo para viabilizar a inserção da assistência social ao sistema de planejamento global do município, bem como aos sistemas de planejamento da assistência social nos âmbitos estadual e federal.



Adotar procedimentos normativos tradicionais, elaborados em gabinete por uma equipe de especialistas e tudo que for determinístico, rígido e formal está condicionado a se tornar inadequado e a enfrentar dificuldades, dada a dinâmica desafiadora da realidade. Tudo que é centralizado, autoritário e burocrático tende a ser rejeitado, visto o estágio de democratização da sociedade brasileira e seu anseio por ampliar os espaços de participação e controle social.

DINÂMICO

FLEXÍVEL

PARTICIPATIVO



O plano não é apenas uma ferramenta técnica, mas um instrumento essencialmente político.


Conduitas estratégicas

1. Levam o plano a se completar e refazer na ação;
2. Consideram cenários/ contextos/ circunstâncias;
3. Percebem e manejam o contexto social na correlação das forças políticas, das relações de poder e conflitos;
4. Articulam áreas e setores;
5. Formulam e negociam estratégias tendo em vista assegurar a direção que se pretenda imprimir;
6. Atribuem um caráter participativo e comunicacional fazendo do plano um produto coletivo;
7. Conduzem o processo de decisão no contexto das relações de poder que estão em jogo.

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

No contexto de formulação do PAS, a participação e o fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social são requisitos indispensáveis, até porque cabe a eles a aprovação do Plano e o acompanhamento sistemático da sua execução e aplicação financeira.


Os conselhos têm a função precípua de realizar o controle e a fiscalização dos recursos destinados às ações finalísticas, ou seja, serviços, programas, projetos e benefícios previstos na LOAS e definidos no PAS.



Outros mecanismos de mobilização e participação social deverão ser previstos formalmente pelo Plano, objetivando a criação de fóruns de discussão, debates e audiências públicas sobre problemas afetos à política de assistência social, politizando as demandas e exercitando a participação social.

Fóruns, plenárias e outras modalidades de encontro coletivo

instâncias alimentadoras da participação, fomentadoras do debate sobre os rumos e conteúdos da política de assistência social



São instâncias de deliberação do SUAS: Conselho Nacional de Assistência Social, Conselhos Estaduais de Assistência Social, o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e os Conselhos Municipais de Assistência Social. A composição destas instâncias é paritária e exige representação dos governos e da sociedade civil.

São instâncias de pactuação: a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e as Comissões Intergestores Bipartite (CIBs). A CIT é um espaço de articulação e pactuação nacional entre o gestor federal e os gestores estaduais e municipais. As CIBs são instâncias de articulação e pactuação entre gestores estaduais e gestores municipais que representam e negociam os interesses de cada estado.

OS PLANOS DEVEM OBSERVAR:

- I. Deliberações das conferências de assistência social para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- II. Metas nacionais pactuadas, que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- III. Metas estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para Estados e Municípios.
- IV. Observar as prioridades do Plano Decenal.
- V. Ações articuladas e intersetoriais.
- VI. Ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS.

Integram o Plano de Assistência Social

- Conhecimento da realidade (estudos e diagnósticos)
- Mapeamento e cobertura da rede prestadora de serviços
- Objetivos
- Diretrizes e prioridades
- Metas e previsão de custos
- Financiamento
- Monitoramento e Avaliação





Essa relação de partilha de poder entre governo e sociedade na construção do PAS, exige investimento na capacidade crítica e propositiva de grupos organizados da sociedade civil.

A capacitação política, técnica e ética dos diferentes sujeitos sociais envolvidos é base para o êxito do Plano de Assistência Social.

Enquanto responsável pela elaboração e execução do plano, o órgão gestor da política de assistência social deve definir seus limites de competência e direcionar a articulação com as demais esferas de governo, prevendo mecanismos formais de comunicação e integração.

COMO PROMOVER A PARTICIPAÇÃO?

1. A gestão e o conselho municipal marcam esta tarefa na agenda técnico-política da assistência social municipal.
2. A gestão convida todos os atores sociais relacionados ao tema e com responsabilidades públicas.
3. Realização de um planejamento coletivo sobre como será o desenvolvimento das atividades necessárias, estabelecendo um cronograma para o trabalho.
4. Definição dos responsáveis pela coordenação das atividades, importante para dar direção na condução da tarefa.
5. Este coletivo tem uma tarefa a realizar, e ao final dos trabalhos precisam ter um produto, que é o Plano.
6. Dependendo do porte do município, haverá necessidade de maior volume de trabalho e este pode ser distribuído em grupos de trabalho (GTs), para otimização da tarefa.

COMO PROMOVER A PARTICIPAÇÃO?

7. Os trabalhos devem considerar a seguinte dinâmica: que haja momentos de concentração e momentos de dispersão dos participantes na elaboração. Ou seja, momentos em que todos precisam estar juntos para alinhamento de concepções, informações e formas de elaboração, e momentos dedicados para a operação de coleta de dados para o diagnóstico; por exemplo, quando os responsáveis precisam de tempo para dedicação à tarefa.

8. Os momentos de tomada de decisão vão requerer da gestão e dos participantes do processo posicionamentos calcados nos seus compromissos com a cidadania e com a política pública. É importante que haja espaço para o diálogo por meio da argumentação fundamentada em evidências, do respeito à pluralidade das posições, para que a tomada de decisão seja democrática e construída coletivamente.

MÓDULO

III



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL NO PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA

Território como unidade de investigação

O território precisa ser visto como um espaço dinâmico de produção das relações sociais que sofre influência direta e da mesma forma influencia a vida de cada família que ali encontra abrigo e sustento. É no território que são produzidas as necessidades dos cidadãos, onde os direitos são negados ou assegurados.



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si.

O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida



Milton Santos

DIAGNÓSTICO




Análise

Investigação

Pesquisa

Identificação



O conhecimento da realidade é a base fundamental à construção do Plano de Assistência Social, que visa responder efetivamente a necessidades e anseios da população e obter impactos positivos nos grupos familiares e sociais nos seus territórios de vida.

Decorre da investigação, reflexão e análise da realidade com fim operativo e programático. Exige o levantamento de um conjunto de informações básicas que justificarão e direcionarão o plano inicial e que deverão ser constantemente ampliadas e processadas, trazendo novas variáveis para a correção e ajuste do planejamento e monitoramento da execução.

**Ou seja,
uma análise
interpretativa que
possibilita
a leitura de uma
determinada realidade
social.**



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

Descortinar as particularidades de populações e territórios, sem perder de vista a direção política da política de assistência social é o principal **OBJETIVO** do diagnóstico socioterritorial.

O diagnóstico socioterritorial também pode contribuir junto à gestão enquanto gerador de processos coletivos de produção do conhecimento sobre as particularidades dos territórios de referência/abrangência dos CRAS, por exemplo.



O diagnóstico é um importante instrumento a auxiliar a tomada de decisão ao dar tratamento adequado a um volume significativo de dados sobre diferentes aspectos sociais, econômicos e ambientais dos municípios. O diagnóstico reúne e transforma esses dados em informação útil, a orientar a gestão municipal nos processos de implementação e acompanhamento de políticas e programas sociais



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA

Informações importantes:

- I. Análise histórico-conjuntural da realidade, tendo como base informações sociais, demográficas, educacionais e econômicas (identificação da vocação econômica e das potencialidades).
- II. Descrição da rede socioassistencial e de sua cobertura.
- III. A identificação de demandas expressas, emergentes e potenciais.
- IV. A identificação de territórios com concentração da população em situação de vulnerabilidade social.




A aproximação dos dados estatísticos com o território vivo e vivido é um dos caminhos centrais na produção de um diagnóstico que se pretende socioterritorial.

Significa a incorporação de novas informações, cujas fontes de dados necessitam ser descobertas junto a quem vivencia o cotidiano do território, a escala do lugar.

Diagnósticos socioterritoriais podem (e devem) conter indicadores e estatísticas sobre os territórios, porém há que se ter clareza de suas insuficiências e incompletudes para capturar ou representar as dinâmicas relacionais, as tramas que se dão na escala do cotidiano, nos lugares.



Fonte	Sítio	Conteúdo
IBGE	www.ibge.gov.br	Síntese de Indicadores Sociais Brasil em Números Cidades@ Estados@ Países@ Perfil dos Municípios Brasileiros Comitê de Estatísticas Sociais
IPEA	www.ipea.gov.br	IPEADATA Relatório de Acompanhamento dos ODM Boletim de Conjuntura
ANIPES	www.anipes.org.br	Acesso aos sites de mais de 25 instituições subnacionais que compilam dados e indicadores sociais e econômicos, além de estudos para subsidiar o Planejamento Governamental
PNUD	www.pnud.org.br	Aplicativo Atlas do Desenvolvimento Humano Relatório do Desenvolvimento Humano
Ministério da Justiça	www.mj.gov.br	Ocorrências policiais Efetivo e Gastos em Segurança Pública
Ministério da Saúde	www.datasus.gov.br	Indicadores e Dados Básicos Cadernos de Informações Municipais Painel Situacional
Ministério das Cidades	www.cidades.gov.br	Sistema Nacional de Informações sobre Cidades
Ministério da Educação	www.inep.gov.br	Edudata Brasil Sistema de Consulta ao IDEB
Ministério da Previdência	www.previdência.gov.br	Infologó Anuário da Previdência Social
Ministério do Trabalho	www.mte.gov.br	Perfil do Município Acesso on-line à RAIS e CAGED
Ministério do Desenvolvimento Social	www.mds.gov.br	Matriz de Informações Sociais Censo CRAS



Os usuários e os conselheiros da Política de Assistência Social também são atores sociais imprescindíveis para a discussão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política, afinal são os atores que vivenciam proteções e desproteções sociais nos territórios onde vivem.

Estes personagens com a tarefa de fazer o diagnóstico socioterritorial precisarão **criar capacidades de diálogo para troca de informações, cooperação na coleta dos dados, confiança na elaboração dos objetivos e do percurso metodológico do Plano** para a devida tomada de decisão.

A IMPORTÂNCIA DOS DADOS QUALITATIVOS!

A vigilância socioassistencial deve ser depositária de **métodos de trabalho no território** para obtenção de conhecimento das comunidades.

Os usuários, bem como os trabalhadores das unidades, detêm informações relevantes sobre seus territórios - essas informações raramente são contempladas por indicadores e relatórios analíticos

É importante criar mecanismos de estruturação e demonstração desse conhecimento local e, assim, **dar voz ao usuário e ao trabalhador**

Diagnósticos socioterritoriais podem (e devem) conter indicadores e estatísticas sobre os territórios, porém há que se ter clareza de suas insuficiências e incompletudes para capturar ou representar as dinâmicas relacionais, as tramas que se dão na escala do cotidiano, nos lugares. (BRASIL, 2013: p.72)

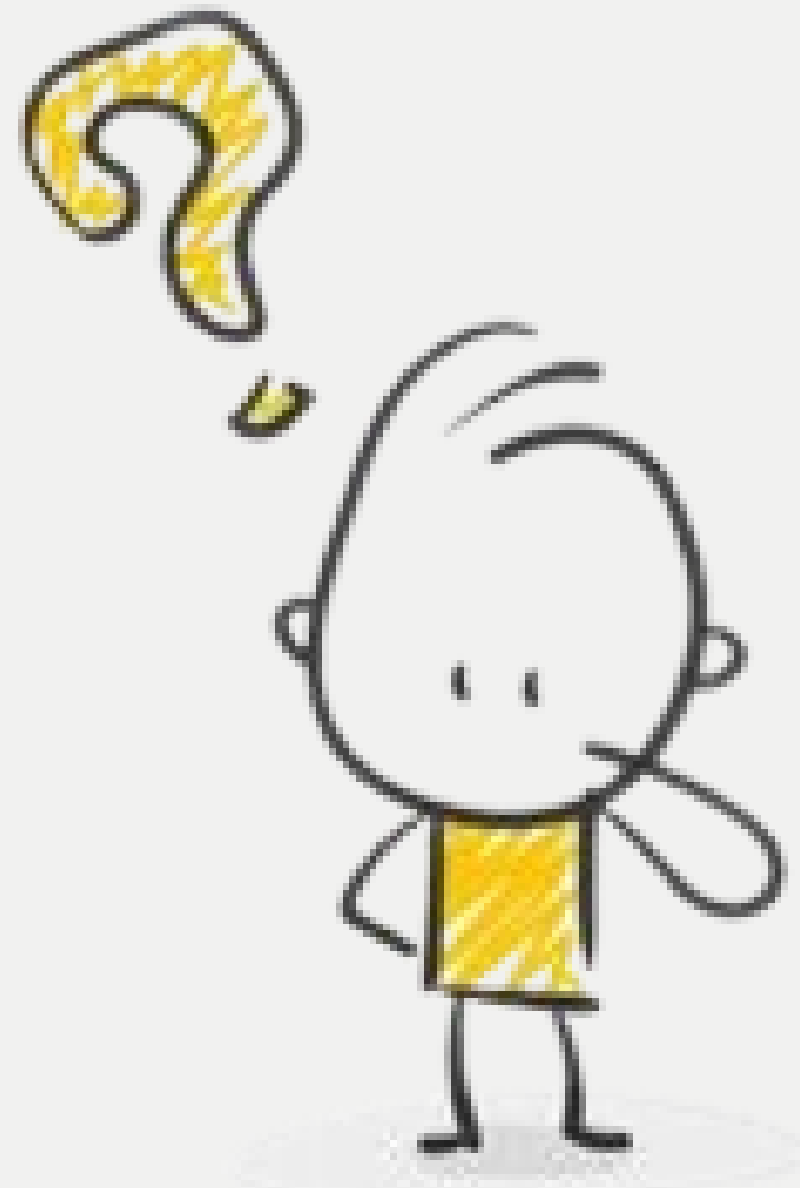


Segundo Januzzi (2009, p. 22), os indicadores sociais se prestam a :

- **subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo;**
- **possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e;**
- **permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.**

MÓDULO IV

MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA

CONCEITO - VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

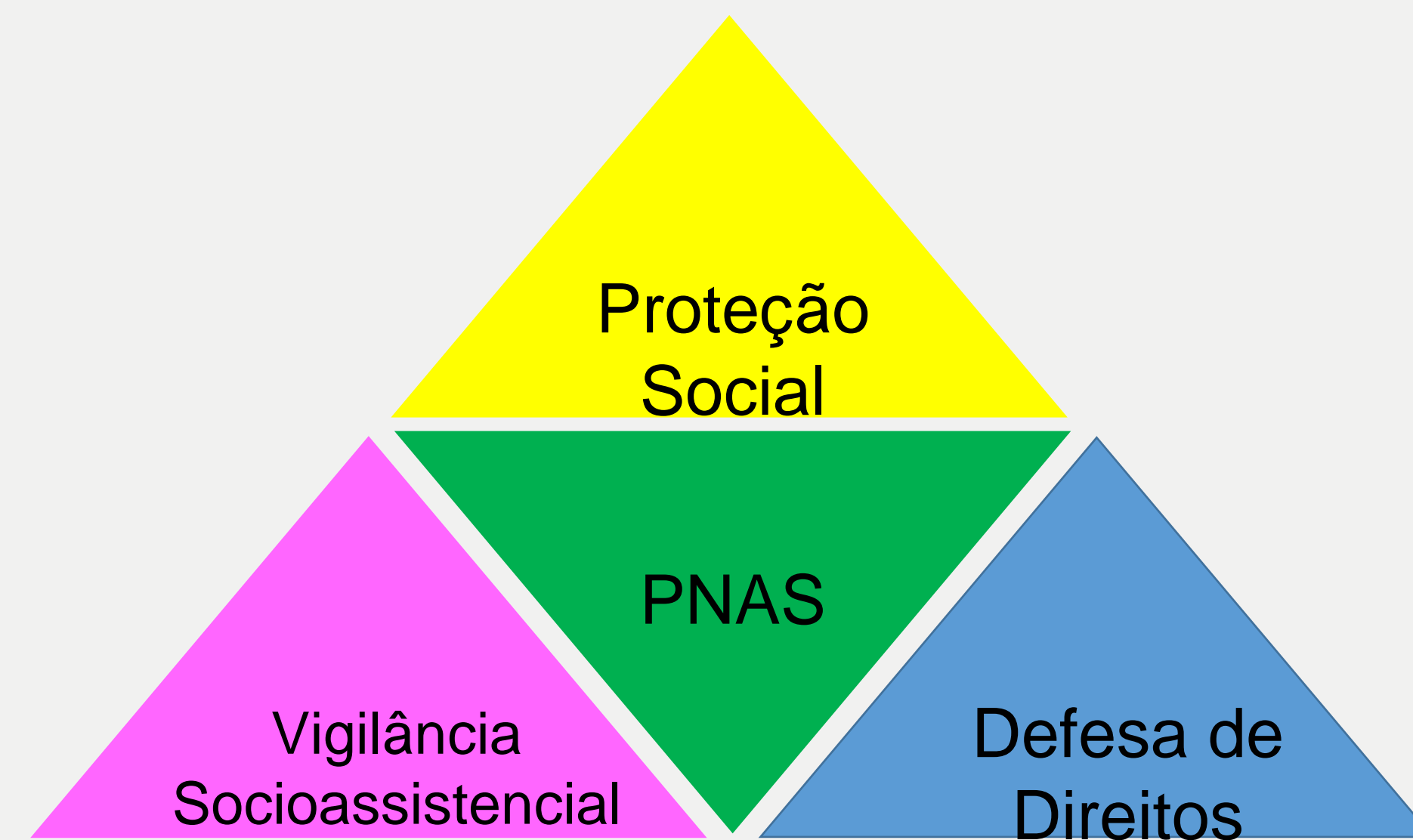
A Vigilância Socioassistencial é uma área vinculada à Gestão do SUAS que tem como responsabilidade precípua a **produção, sistematização e análise de informações territorializadas** sobre as **situações de risco e vulnerabilidade** que incidem sobre famílias e indivíduos, assim como, de informações relativas ao **tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados** pela rede socioassistencial

O Objeto central da Vigilância Socioassistencial é realizar a análise da adequação entre as necessidades da população e a oferta dos serviços, vistos na perspectiva do território.

Esta visão de totalidade, integrando necessidades e ofertas, **permite** traçar melhores ações e estratégias para prevenção e para redução de agravos, contribuindo para o planejamento, gestão e execução da política e dos serviços, objetivando sempre o fortalecimento da função de proteção social do SUAS.

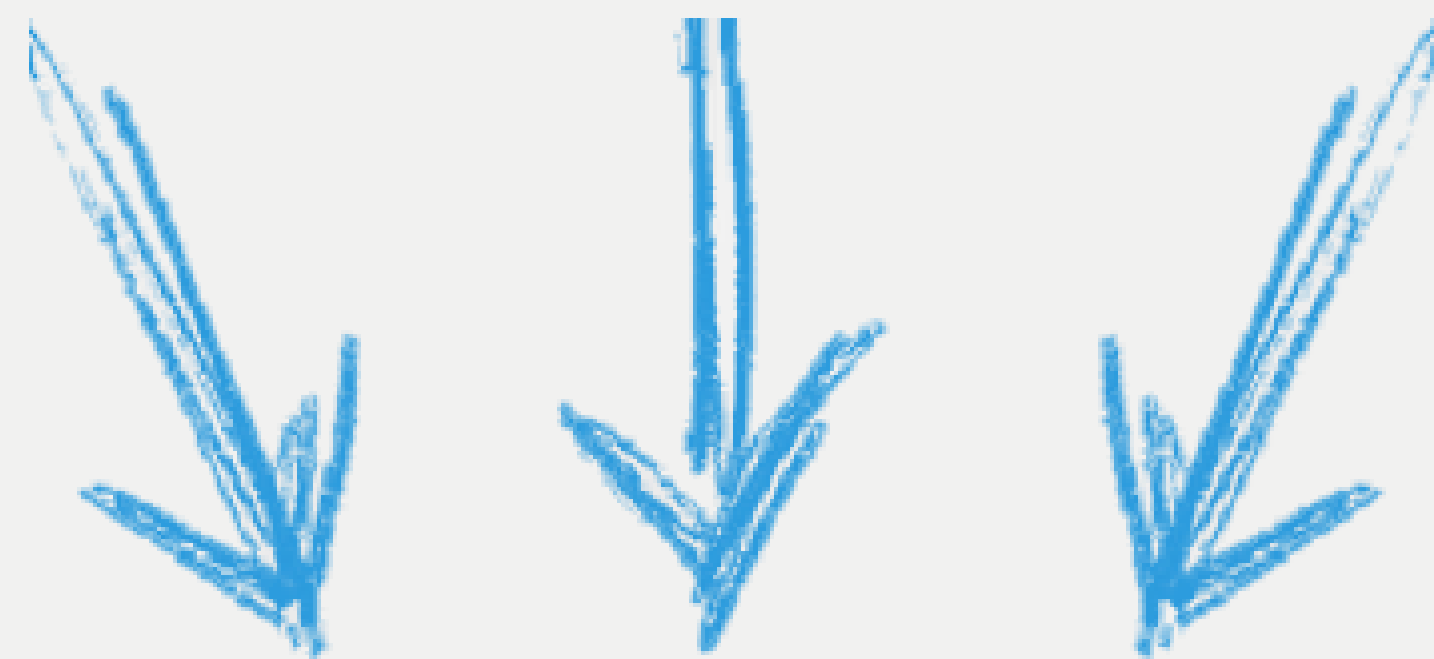
Objetivos da PNAS

- a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos;
- a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.





A arquitetura institucional do SUAS possibilita o estabelecimento de espaços de gestão voltados para a qualificação da atuação técnica sustentada por um conhecimento preciso da realidade, e, que sendo assim, orienta a intervenção antecedida por planejamento e racionalidade. É o caso da vigilância social.



A vigilância socioassistencial deve apoiar atividades de **PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO e EXECUÇÃO** de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços.



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA





ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco


Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas




GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA



A Vigilância Socioassistencial possui, necessariamente, o compromisso com a instituição e consolidação de um **modelo de atenção** que, partindo do reconhecimento e identificação das necessidades da população, aja proativamente para assegurar a oferta e efetivar o acesso das famílias e indivíduos aos serviços socioassistenciais.



Tal modelo implica, não apenas, o planejamento da oferta com base no diagnóstico da demanda, mas também, **a instituição da busca ativa** como método estratégico de efetivação do acesso, potencializando o caráter preventivo das ações, ou, no mínimo, evitando o agravamento dos danos.



A Vigilância Socioassistencial deve contribuir na formulação e execução de ações que induzam à adequação da oferta (no que se refere ao tipo, volume e qualidade) às necessidades da população. Para tal, a Vigilância deve produzir e analisar dados e informações relativos aos riscos e vulnerabilidades das populações e territórios, bem como, do financiamento, da oferta, da qualidade e do acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos do SUAS.

Vigilância e as Proteções do SUAS

O papel da vigilância é:

- Apoiar a organização das ações de busca ativa;
- Ajudar a pensar o dimensionamento da oferta.
- Contribuir com o estabelecimento do diálogo horizontal (entre setores).
- Olhar pra demanda potencial e buscar um maior equilíbrio (oferta/ demanda)



A Vigilância numa atuação horizontal (dentro da secretaria) é uma atividade técnico politica: tem um conteúdo politico e por esta razão os profissionais precisam ter uma habilidade para lidar com os aspectos políticos. Os técnicos não podem se colocar na posição dos que pensam, atuar isoladamente, pois é importante fazer alianças.




Competências da Vigilância Socioassistencial relacionadas ao enfrentamento da pobreza

- Utilizar a base de dados do Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚnico – como ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios, para traçar o perfil de populações vulneráveis e para estimar a demanda potencial dos serviços de Proteção Social Básica e sua distribuição no território.
- Disponibilizar informações sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados para a gestão, os serviços e o Controle Social contribuindo com a função de fiscalização e controle desta instância de participação social.
- Elaborar e atualizar periodicamente o diagnóstico socioterritorial (do município) que deve conter informações espacializadas dos riscos e vulnerabilidades e da consequente demanda de serviços de proteção social básica e de proteção social especial, bem como informações igualmente especializadas referentes ao tipo e volume de serviços efetivamente disponíveis e ofertados à população;

Competências da Vigilância Socioassistencial relacionadas ao enfrentamento da pobreza





- Contribuir com as áreas de gestão e de proteção social básica e especial, na elaboração planos e diagnósticos que contemplem as mais diversas expressões da pobreza tais como, Plano de enfrentamento do trabalho infantil e da exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como na elaboração dos diagnósticos circunscritos aos territórios de abrangência de cada CRAS;
- Utilizar os cadastros, bases de dados e sistemas de informações e dos programas de transferência de renda e dos benefícios assistenciais como instrumentos permanentes de identificação das famílias que apresentam características de potenciais demandantes dos distintos serviços socioassistenciais e, com base em tais informações, planejar, orientar e coordenar ações de busca ativa a serem executadas pelas equipes dos CRAS e CREAS;




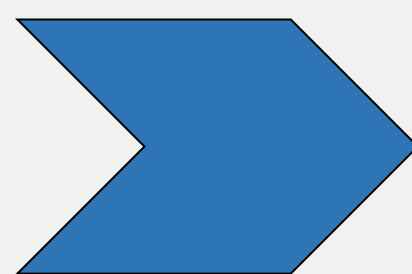
ESTADÃO  ESTADÃO / GESTÃO, POLÍTICA & SOCIEDADE  Entrar 

Sua intuição não é suficiente: por que precisamos utilizar pesquisa e avaliação para qualificar políticas e serviços públicos

BLOG
Gestão, Política & Sociedade
Como a conjuntura do País afeta o ambiente público e o empresarial
Veja mais sobre quem faz

    **Por Redação**
30/03/2020 | 16h29

 5 min de leitura



<https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/sua-intuicao-nao-e-suficiente-por-que-precisamos-utilizar-pesquisa-e-avaliacao-para-qualificar-politicas-e-servicos-publicos/>




Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas



Monitoramento e Avaliação

Em que medida as ofertas da assistência social respondem à demanda da população?





O **monitoramento** consiste, portanto, na coleta sistemática e ordenada de Informações e no acompanhamento pormenorizado do desenvolvimento de programas, projetos e ações. Se dedica à observação atenta quanto ao cumprimento dos objetivos e metas que foram planejadas e permite que problemas e desvios sejam percebidos durante a execução. O monitoramento reúne informações úteis que subsidiam desde a tomada de decisões do dia-a-dia até aquelas decisões de maior relevância política.

A IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO NO CICLO DE GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL


A relevância do monitoramento resulta do fato de que o mesmo se constitui como **função inerente à gestão e ao controle social**, como estabelece a NOB/SUAS 2012.

O monitoramento é uma ferramenta que amplia o conhecimento dos gestores sobre os processos de implementação, o que permite gerenciar de forma mais adequada os recursos disponíveis, **corrigindo desvios ou solucionando problemas que surgem ao longo do processo de execução das políticas e dos programas.** A atividade de monitorar parte do pressuposto de que no processo de implementação das políticas e dos programas surgem problemas, obstáculos e ocorrências que não foram previstas no momento do planejamento. Ele é uma ferramenta que auxilia o gestor a identificar e lidar com essas situações.

FUNÇÕES DO MONITORAMENTO

- Contribuir para a eficiência das políticas e dos programas: O monitoramento pode retroalimentar a gestão e subsidiar a melhoria da implementação, otimizando a utilização dos recursos e a redução dos custos;
- Guiar, revisar e ajustar o desenvolvimento do programa: O monitoramento é um instrumento de gestão e aprendizagem indispensável para subsidiar a reflexão e os ajustes da estratégia da política e do programa.
- Possibilitar a transparência na informação e fortalecer a comunicação:

O monitoramento pode ter a função de manter diferentes atores (integrantes, parceiros e o público em geral interessado) informados sobre o andamento das ações e as situações relativas ao programa. Pode esclarecer sobre os sucessos, mas também sobre os problemas muitas vezes enfrentados na implementação



No âmbito do SUAS, o monitoramento é uma atividade da Vigilância Socioassistencial, por meio da qual são levantadas continuamente as informações sobre os serviços ofertados à população, principalmente quanto aos aspectos de sua qualidade e de sua adequação quanto ao tipo e volume da oferta.



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



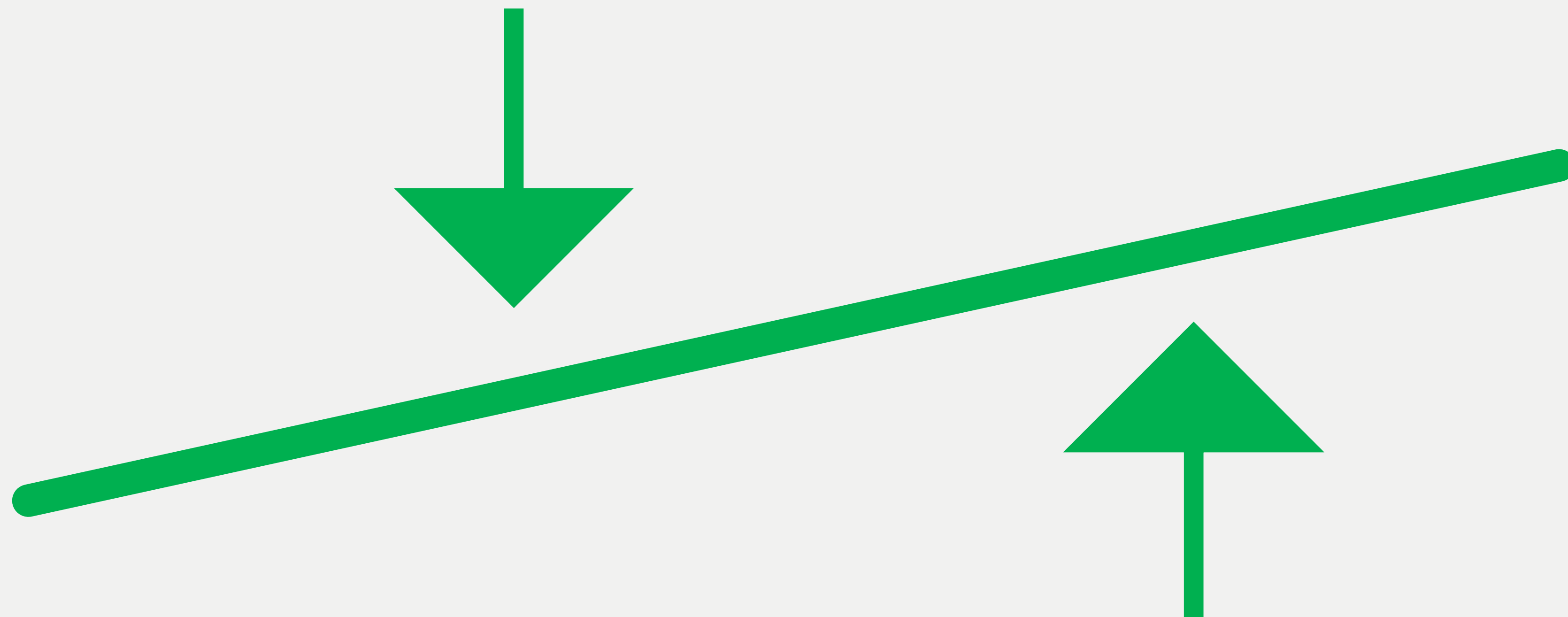
ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

RISCOS E VULNERABILIDADES



OFERTA REAL DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS PARA MONITORAMENTO



• CENSO SUAS



• ID CRAS E ID CREAS



• NORMATIVAS TÉCNICAS E RESOLUÇÕES



• PACTO DE APRIMORAMENTO DO SUAS

AVALIAÇÃO



1. CONSTATAR
2. REFLETIR
3. AGIR

AGIR PARA MELHORAR



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BU
CO
ESTADO DE MUDANÇA

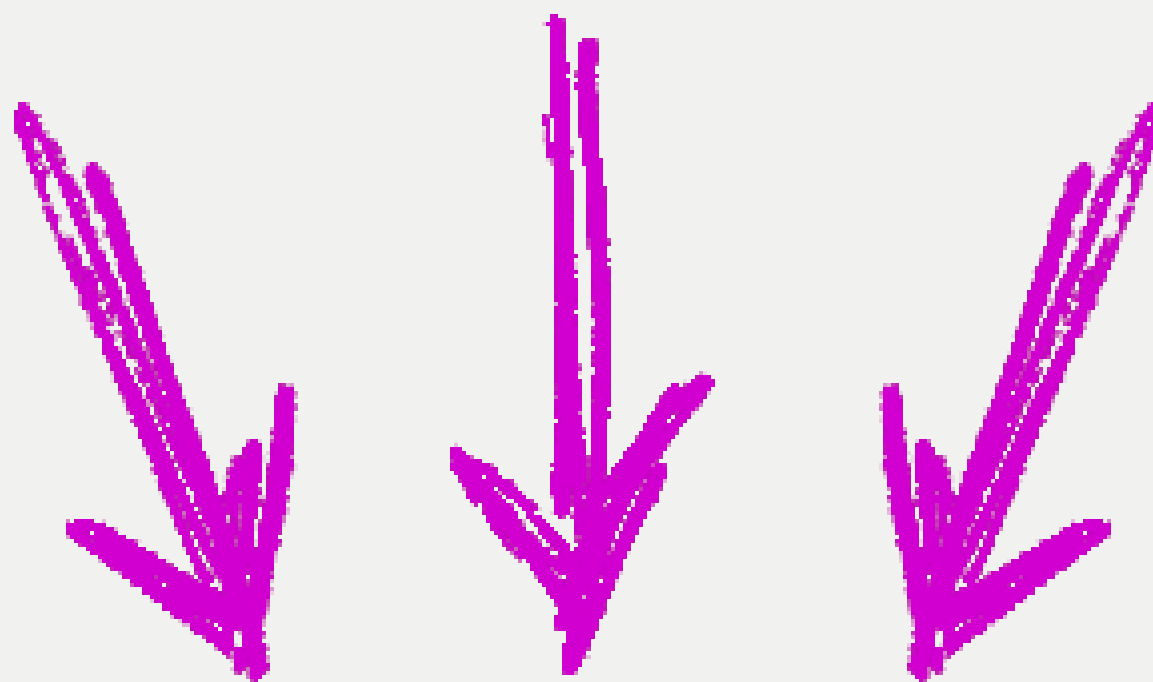
Avaliação é a etapa posterior ao monitoramento, em que se avaliam os resultados da política. Comparam-se os resultados com as metas e tenta-se explicar o sucesso ou o fracasso das medidas adotadas em relação às condições de vida da população. Apesar de serem facilmente confundíveis, o monitoramento é um processo contínuo, já a avaliação é um processo pontual.

Diferença entre Monitoramento e Avaliação

Uma diferença entre a avaliação e o monitoramento é a capacidade da primeira de refletir uma relação de causa e efeito e a possibilidade de inferir um julgamento de valor a uma intervenção ou programa.

Já o monitoramento verifica a realização regular e sistemática das atividades, seus produtos e resultados, comparando-os com parâmetros pré-estabelecidos.

O monitoramento utiliza-se de uma quantidade de observações maior do que a avaliação, pois é um processo contínuo. Já a avaliação é executada esporadicamente.



Avaliação: análise dos efeitos para determinar a sua capacidade de gerar as mudanças planejadas.

Monitoramento: atividade para gerar informações simples e tempestivas sobre a operação do programa, resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento.



“(...) nenhuma realidade é assim mesmo. Toda realidade está aí submetida à possibilidade de nossa intervenção nela.”

Paulo Freire



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO
CORPORATIVA



ESFOSUAS/PE
Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA



ESFOSUAS/PE

*Escola de Formação dos Trabalhadores/as
do Sistema Único de Assistência Social
de Pernambuco*

Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - SAS

**Secretaria Executiva de Assistência Social – SEASS
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente - GETEP**

**E-mail: esfosuas.pe@ufrpe.br
Telefone: 81 3183-0715 /3183-0777
WhatsApp: 81 9.9488-2325**



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA